

A utilização do microfilme com meio de preservação dos documentos

Isáu Santos *

I — *Introdução geral*

De 29 de Novembro a 4 de Dezembro do ano passado, ocorreu em Kuala Lumpur, Malásia, a 21.^a Conferência Internacional da Mesa Redonda Sobre Arquivos.

A eleição de Kuala Lumpur, ficou a dever-se às comemorações das bodas de prata do Arquivo Nacional.

Constituem estas conferências internacionais, de periodicidade anual, um acontecimento sempre de realçar pela importância dos temas versados. Esta última debruçou-se sobre «Políticas do Microfilme».

Como sempre acontece nessas reuniões, há três ou quatro personalidades de reconhecido valor científico, de antemão designadas, para tratarem os temas propostos.

A temática, política do microfilme, desenvolveu-se em quatro partes a saber:

A — «*A Utilização do Microfilme como meio de Preservação dos Documentos*», por Carmen Crespo Nogueira, directora do Centro Nacional de Conservacion y Microfilmacion Documental y Bibliographica, de Madrid.

B — «*O Microfilme de Complemento*», por Lajos Körmendy, chefe de secção do Arquivo Nacional da Hungria.

* Director do Arquivo Histórico Ultramarino.

C — «*O Microfilme de Substituição e o valor Probatório dos Microfilmes*», por Georges Weill, director dos Serviços de Arquivo do Departamento des Hautes-de-Seine, Nanterre.

D — «*O Microfilme de Publicação*», por Daphne Gifford, Assistant Keeper, Public Record Office, Londres, Presidente do Comité de Reprografia.

Precioso contributo para a melhor compreensão da problemática do microfilme, quiçá o mais importante suporte da reprodução gráfica de documentos, problema sempre pertinente na equação entre a quantidade de papéis que hoje se produzem e a carência de espaço para os guardar!

II — «*A Utilização do Microfilme como meio de Preservação de Documentos*», por Carmen Crespo Nogueira

Subordinou a autora o seu trabalho a quatro alíneas:

- a) Definição
- b) Considerações gerais
- c) Inquérito
- d) Conclusão

Um trabalho de fundo que constitui mais um documento para reflexão geral do que uma exposição académica, como aliás é norma nestas conferências.

a) *Definição*

Começa por dar uma noção restrita do «Microfilme de Preservação», pondo em destaque os aspectos mais fundamentais: é o microfilme realizado para evitar, tanto quanto possível, a consulta dos originais, uma das causas directas da sua deterioração.

b) *Considerações gerais*

Aqui a nossa atenção é canalizada para uma série de factos relevantes. As primeiras aplicações do microfilme serviram para satisfazer pedidos de cópias de documentos isolados, de interesse para certos leitores. Assim, era raro os arquivos conservarem os negativos para futuras cópias, com vista a evitar o recurso ao documento ori-

ginal. E isso porque se tornava pouco dispendioso e pouco prático conservar negativos de documentos seleccionados com interesse apenas para um número limitado de leitores.

O emprego crescente de microfilmagem não só de documentos soltos, como até de núcleos inteiros de que outrora era proibido a reprodução na íntegra, veio alterar o estado da questão, quase que obrigando os arquivos a conservarem os negativos de documentos para uso próprio e para futuras reproduções.

Assim sendo, torna-se imperioso que os arquivos, por razões técnicas, financeiras, de carência de pessoal, de preservação e de segurança, ponderem a sua política de microfilmagem e optem pela solução que se lhes afigurar mais consentânea.

À medida que os pedidos de microfilme se avolumam, a preocupação pela conservação dos documentos reveste-se de extraordinária importância. A frequência de microfilmagem de determinados documentos leva, naturalmente, a conservar os negativos evitando deste modo uma rápida deterioração dos originais quer pelo manuseamento quer pela exposição iterada à luz intensa dos aparelhos reprodutores. Daqui se infere que o microfilme de preservação e o microfilme de difusão constituem subprodutos do microfilme de consulta.

A sobrevivência, hoje, de núcleos de arquivos destruídos pela guerra ou por qualquer outro fenómeno devastador, microfilmados antes da catástrofe, demonstra o interesse de conservar pelo menos uma cópia de todos os documentos originais, salvando-se, deste modo, do sumisso total informações históricas que estariam para sempre perdidas.

A utilização do microfilme tem vindo a diversificar-se gradualmente consoante as várias categorias de que se reveste:

Microfilme de consulta, microfilme de segurança, microfilme de complemento, microfilme de substituição e microfilme de publicação ou difusão.

Não formam, contudo, classes independentes, exclusivas, de comportamento estanque; pelo contrário, integram-se e complementam-se.

O microfilme de preservação é aquele cujos objectivos podem ser prosseguidos por outras categorias do microfilme.

Assim:

— A microfilmagem de consulta, quer realizada a pedido do investigador, quer realizada pela iniciativa do próprio Arquivo, acarreta uma substancial redução no manuseamento dos originais.

— Microfilmagem de complemento, cujo objectivo primário é o de completar o conteúdo dum depósito através de cópias de documentos guardados noutra depósito, ocasiona igualmente um decréscimo na consulta dos originais *in loco*, na medida em que a consulta é do documento microfilmado e não do documento original.

— O microfilme de segurança realizado, sobretudo, para permitir a sobrevivência dos núcleos, permite, igualmente, evitar a consulta dos originais, executando cópias do negativo conservado no depósito de segurança.

— Até o microfilme de substituição constitui um meio de preservação quando especificamente se aplica a documentos em estado de deterioração bastante adiantado, fazendo reçar o seu rápido desaparecimento.

O estudo da importância do microfilme nos arquivos remonta a 1950, ocasião do primeiro Congresso Internacional sobre Arquivos, realizado em Paris. De então para cá tem conhecido um verdadeiro surto expansionista, o que revela, sem dúvida, o seu alcance dentro da problemática arquivística.

c) *Inquérito*

O questionário sobre o assunto em epígrafe dirigido a inúmeros países, como sondagem à política seguida no tocante ao microfilme de preservação, obteve um resultado deveras animador de um número confortável de países (48). Importa salientar que foi dirigido, predominantemente, aos arquivos nacionais.

O mesmo questionário obedeceu a seis requisitos:

— *Política de microfilmagem e prioridades*

Dos quarenta e oito países que responderam, apenas quatro não praticam qualquer política de microfilmagem.

Para 70% dos países considerados a política de microfilmagem começou entre 1940 e 1960. O ano de 1950 é, contudo, o de maior peso. A mesma percentagem (70%) pratica uma política de microfilmagem sistemática com um programa mais ou menos ambicioso, consoante os meios financeiros e humanos disponíveis.

Contudo, países há, tecnicamente desenvolvidos, que seguem, neste aspecto, uma política de contenção por razões, nomeadamente, de ordem financeira, cingindo a sua microfilmagem a satisfazer solicitações específicas dos investigadores.

A maior parte dos países (39) microfilma a sua documentação com a finalidade de a preservar. Nesse sentido, a prioridade de microfilmagem vai para núcleos ou séries inteiras, devido à sua constante manipulação.

A percentagem dos núcleos microfilmados atinge 50% dos países considerados e com um vasto património documental; destes apenas 1% a 6% microfilmaram a totalidade dos seus núcleos. 16% dos mesmos reproduziram por este processo técnico entre 10% e 20% dos seus núcleos. Os de tradição arquivística mais recente chegam a atingir 70% de núcleos microfilmados.

— *Os materiais utilizados*

A maior parte dos países inquiridos utiliza o filme de 35 mm, exceptuando o Japão e Israel que se servem exclusivamente de filme de 16 mm. No entanto, 45% deles reconhecem usar cada vez mais filme de 16 mm para microfilmagem de núcleos modernos e de documentos mecanográficos. Há ainda os que se servem de filme de formato superior (105 mm), sobretudo para reprodução de mapas e de plantas.

O suporte normal do filme de 35 mm é o triacetado de celulose. O uso do negativo de 16 mm em polyester é prática corrente em muitos países.

Cerca de 75% deles utilizam para consulta cópias positivas ou negativas em sais de prata.

Destes 50% das cópias para consulta são, basicamente, em filme de polyester. Apesar do baixo custo da cópia diazo ou vesicular, só oito países parecem interessar-se por ele; por dificuldades económicas, apenas cinco países permitem a consulta do original.

— *Os efeitos da microfilmagem sobre a consulta dos originais*

A consequência imediata da microfilmagem de preservação é a redução no compulsar dos documentos originais. Esta redução é total em quatro países. Nos restantes continua-se a autorizar a consulta dos originais em casos específicos: dificuldade de leitura do microfilme, obrigação legal do recurso ao original, verificação de cores, estudos especializados, dificuldades visuais do investigador, estudos diplomáticos, etc.

A redução na consulta dos documentos originais oscila entre 50% em consequência da sua microfilmagem.

— *Equipamento*

O equipamento de microfilmagem mais corrente é a máquina de filmar de 35 mm e de 16 mm. Cinco países utilizam máquinas rotativas para microfilmar séries de documentos modernos de formato normalizado. Cerca de vinte e quatro países declaram possuir salas próprias para a leitura do microfilme, o que prova um substancial acréscimo na sua utilização.

O número de aparelhos de leitura inventariados para o conjunto de respostas aproxima-se das mil unidades, mas o dos leitores reprodutores não ultrapassa as duzentas unidades.

— *A Conservação do Microfilme*

85% dos países conservam, por medida de segurança, os negativos num depósito à parte ou, pelo menos, numa sala diferente daquela onde se arquivam os documentos originais.

Os negativos padrões são guardados, em princípio, em caixas metálicas onde antes se encontrava a película virgem. Países há, contudo, que preferem caixas de plástico neutro.

O negativo padrão é, em geral, guardado em rolos de dimensão normalizada. A cópia para consulta deve reflectir a unidade orgânica dos documentos reproduzidos. Essa unidade arquivística deve transparecer, quer os documentos se encontrem microfilmados em rolos, quer em fragmentos para mais facilitar a consulta. No entanto, o uso de «pochetes» para acondicionar microfilmes tem-se tornado cada vez mais raro, por ser mais oneroso.

— *As revisões e o controlo das condições de conservação*

Quanto aos cuidados a ter com a conservação do negativo padrão, o único que permite a obtenção de novas cópias, 70% dos países afirmam verificar as condições de conservação periodicamente (de 1 a 3 anos). Outros apenas ocasionalmente efectuam estas operações.

As condições climáticas, nomeadamente, a humidade e a temperatura, são regularmente controladas, segundo o inquérito, por 80% dos países considerados.

Os valores de humidade e de temperatura, comumente apontados variam entre 45% e 60% e 15% e 22%, respectivamente, aproximando muito estes dados dos critérios usados para a conservação dos documentos manuscritos. Em contrapartida 15% dos países utilizam valores abaixo dos descritos, o que contraria normas

cientificamente preconizadas: 30% para humidade relativa e cerca de 10° C para a temperatura.

De composição orgânica, os filmes sujeitam-se, amiúde, a ataques de agentes que lhes encurtam mais ou menos a existência.

O inquérito fornece elementos bastante inquietantes neste aspecto; na verdade, 36% dos países apontam como causas da deterioração do filme os fungos, o hipossulfito residual, manchas não identificadas, gretamento da superfície, etc.

d) Conclusão

A conservação dos documentos por meio de microfilme tem conhecido um desenvolvimento acelerado nas últimas três décadas. Raros são os programas de microfilmagem com carácter exclusivamente preventivo. Confundem-se as razões de segurança e de difusão com as de pura conservação. Só uma deterioração física evidente dos documentos provoca uma microfilmagem preventiva e, de resto, para um número limitado de documentos. O interesse histórico-cultural dos núcleos e a frequência da sua consulta constituem a base de quase todas as políticas de microfilmagem.

O número de países que utilizam o filme de 16 mm tem vindo a crescer.

De 7 em 50 que utilizavam em 1968 este filme, conforme Albert H. Leisinger Jr., hoje, este número subiu de 20 em 44, o que nos permite preluir para um futuro próximo a substituição do filme de 35 mm pelo de 16 mm, atendendo, sobretudo, ao elevado custo do primeiro, o que tem diminuído o seu fabrico em relação ao filme de 16 mm.

O acréscimo dos leitores-reprodutores e a facilidade do seu manuseamento, permitindo obter cópias directas de nítida leitura dos documentos, contribuirá sem dúvida, para uma generalizada aceitação do microfilme por parte do público.

A boa qualidade das películas, o cuidado no tratamento dos filmes, uma adequada conservação em local apropriado, a revisão periódica, a climatização do ambiente, constituem factores determinantes na conservação indefinida do microfilme.

NOTA — No próximo número abordaremos as três partes restantes:

- 1 — *O Microfilme de complemento*
- 2 — *O Microfilme de substituição e o valor probatório dos microfilmes*
- 3 — *O Microfilme de publicação*